

**RELATÓRIO PLANO DE
CONTINGÊNCIA
PARA SITUAÇÕES DE
BAIXAS TEMPERATURAS
2017**



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	3
INTRODUÇÃO	4
ASPECTOS LEGAIS	5
ESTRUTURA DE GESTÃO DO PLANO	6
RECURSOS E INFRAESTRUTURAS	6
Rede Socioassistencial	7
Rede de Saúde	8
Canal SP156	9
Defesa Civil	10
CET - Companhia de Engenharia de Tráfego	10
GCM - Guarda Civil Metropolitana	11
CGE - Centro de Gerenciamento de Emergências	11
PROCEDIMENTO TÉCNICOS OPERACIONAIS	13
ANALISE E AVALIAÇÃO GERAL DO PLANO ó DADOS	15
Abordagens	16
Acolhimento	17
SAMU	17
RECOMENDAÇÕES	22
ANEXOS	23

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AMA ó Assistência Médica Ambulatorial

AHM ó Autarquia Hospitala Municipal

ATENDE ó Atendimento Diário Emergencial

CAPE - Coordenadoria de Atendimento Permanente e Emergência

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CET ó Companhia de Engenharia de Tráfego

COPS ó Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais

CGE ó Centro de Gerenciamento de Emergência

CnaR ó Consultório na Rua

COMDEC ó Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

COODECS ó Coordenações Distritais de Defesa Civil

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRS ó Coordenadoria Regional de Saúde

CTA ó Centro Temporário de Acolhimento

GCM ó Guarda Civil Metropolitana

LOAS ó Lei Orgânica de Assistência Social

SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

SAS ó Supervisões de Assistência Social

SAMU ó Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEAS ó Serviços Especializados em Abordagem Social

SIGRC ó Sistema Integrado de Gestão de Relacionamento com o Cidadão

SISA ó Sistema de Informação de Atendimento aos Usuários

SMADS ó Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMDHC ó Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

SMS ó Secretaria Municipal de Saúde

SMSO ó Secretaria Municipal de Serviços e Obras

SMSU ó Secretaria Municipal de Segurança Urbana

SUAS ó Sistema Único de Assistência Social

SUS ó Sistema Único de Saúde

UBS ó Unidade Básica de Saúde

UH ó Unidade Hospitalar

INTRODUÇÃO

O período do ano compreendido entre maio e setembro é marcado pelas baixas temperaturas, que em determinados casos podem atingir patamares críticos. Nos centros urbanos, os efeitos do inverno são sentidos, sobretudo, pela população mais vulnerável, dentre os quais aqueles em situação de rua.

A população em situação de rua é caracterizada como um grupo heterogêneo, mas que possui em comum a extrema pobreza, a inexistência de moradia regular e a utilização de logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e sustento.

Estes fatores implicam em uma longa exposição de uma população, comumente marcada por um quadro de saúde debilitado e de fragilidade nutricional, às condições climáticas adversas. Soma-se ainda o consumo excessivo de álcool, que acentua ainda mais o risco.

Compete ao Poder Público monitorar este cenário meteorológico e adotar medidas que visem a minimizar os impactos das frentes frias sobre a população em situação de rua, que, dado seu quadro de saúde fragilizado, está sujeita a risco de morte quando sofre uma exposição prolongada.

Nesse sentido, foi criado o Comitê Permanente de Gestão de Situações de Baixas Temperaturas, composto por diferentes secretarias que atuam na temática da população em situação de rua e prevenção e resposta a desastres, com objetivo de articular uma estratégia transversal para proteção em condições climáticas adversas.

Dentre as atribuições do Comitê está a de planejar, elaborar, implantar e monitorar o Plano de Contingência para Situações de Baixas Temperaturas. Trata-se de um arcabouço de medidas, revisadas anualmente, a serem executadas pelo Poder Público, quando as temperaturas ou a sensação térmica atingirem os patamares de criticidade estabelecidos.

ASPECTOS LEGAIS

Por meio do Decreto Municipal 56.102, de 08 de maio de 2015, foi instituído o Comitê Permanente de Gestão em Situação de Baixas Temperaturas para a cidade de São Paulo. Como visto, o Comitê tem por finalidade articular uma estratégia transversal para os períodos emergenciais de inverno.

O Decreto 57.690, de 12 de maio de 2017, alterou a composição do Comitê, a fim de incorporar as mudanças recentes da estrutura organizacional da prefeitura. Ademais, houve a inclusão da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania na coordenação compartilhada técnico-operacional do Comitê. Esta alteração atende o imperativo da transversalidade que deve abranger as políticas públicas municipais afetas aos direitos humanos.

A Portaria 124, de 15 de maio de 2017, estabeleceu o Plano de Contingência para Situações de Baixas Temperaturas 2017, com vigência no período de 17 de maio de 2017 a 17 de setembro de 2017. No mesmo sentido que o Decreto, o Plano buscou adequação a nova organização da administração municipal.

Ao nível específico, diversos foram os instrumentos normativos publicados para regulamentar o plano. Citam-se aqui, como exemplos, as Portarias SMADS 22, de 16 de maio de 2017, e 37, de 14 de julho de 2017, que autorizaram o aditamento dos serviços conveniados ou, quando necessário, abertura de alojamento emergencial ampliando a capacidade de acolhimento durante o período de vigência do Plano.

QUADRO NORMATIVO

Decreto 56.102/2015	Instituiu o Comitê Permanente de Gestão de Situações de Baixas Temperaturas
Decreto 57.690/2017	Altera o Decreto nº 56.102, de 8 de maio de 2015, que instituiu o Comitê Permanente de Gestão de Situações de Baixas Temperaturas.
Decreto 47.534/2006	Reorganiza o Sistema Municipal de Defesa Civil
Decreto 57.069/2016	Dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana.

Decreto 57.581/2017	Introduz alterações no Decreto nº 57.069, de 17 de junho de 2016, dispondo sobre os procedimentos de zeladoria urbana em relação à abordagem das pessoas em situação de rua.
Portaria SMADS/46/2010	Dispõe sobre tipificação da rede socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios.
Portaria nº 2436/2017 (MS)	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

ESTRUTURA DE GESTÃO DO PLANO

A estrutura de gestão do PLANO se deu através do Comitê Permanente, composto por representantes de cada uma das secretarias integrantes do PLANO bem como de convidadas (como fora o caso da Secretaria Municipal de Inovação Tecnológica ó SMIT)

O Comitê Permanente realizou reuniões periódicas para discutir desdobramentos, casos específicos, bem como traçar estratégias de atuação.

Ademais, utilizou-se de forma intensa o Whatsapp Messenger, aplicativo, gratuito, de mensagens instantâneas. O aplicativo conta com criptografia total, o que garante o sigilo das informações trocadas.

Com o intuito de facilitar a comunicação interna do Comitê Permanente, foi criada uma conversa em grupo no Whatsapp com representantes das secretarias envolvidas e servidores executam os serviços na ponta, para gerência de crises emergenciais e divulgar internamente informações, como condições climáticas.

RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

A execução do plano se apóia, sobretudo, nos serviços já oferecidos pelo poder público. Destaca-se aqui, a rede socioassistencial de acolhimento e abordagem à

população em situação de rua e o Sistema Único de Saúde (SUS), em especial pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e pelas equipes de Consultório na Rua.

Rede Socioassistencial

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social é responsável pela execução dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Nesse sentido, conta com os Serviços Especializados em Abordagem Social (SEAS), responsável pela busca ativa e abordagem da PSR nos territórios.

Ademais, a SMADS é responsável pela manutenção de equipamentos de acolhida para pernoite da população em situação de rua, tais como os Centros de Acolhida, os Centros Temporários de Acolhimentos (CTA), os atendimentos Diários Emergenciais (ATENDEs).

Durante o período de vigência do Plano, tais serviços foram ampliados.

Primeiramente, foram ampliadas as equipes de SEAS - modalidade 3, serviço ininterrupto responsável por atender as solicitações de abordagens feitas por munícipes. Aditou-se vagas para 20 (vinte) novos orientadores socioeducativos, além de cinco peruas extras para apoio ao serviço, totalizando 11 (onze) veículos.

Assim, duplas de orientadores estiveram à prontidão em sete pontos do município (Sé, Santana, Mooca, Itaquera, Jabaquara, Santo Amaro e Lapa).

Para o período de contingência foram aditadas 1.673 vagas de acolhimento para População em Situação de Rua, totalizando 10.717 vagas ofertadas na rede socioassistencial. Das vagas extras, 1.371 vagas foram para os Centros de Acolhida (16 e 24 horas e especiais), 250 direcionadas para Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) e 14 para os equipamentos que cuidam exclusivamente de idosos (CA Idoso).

Nesse diapasão, a SMADS abriu, com apoio da SMPR, 4 (quatro) abrigos emergenciais, conforme a tabela 1:

Tabela 1: Alojamentos Emergenciais na Vigência do Plano de Contingência

RELAÇÃO DE ALOJAMENTOS EMERGENCIAIS			
ZONA	SAS	NOME REFERÊNCIA	VAGA
Oeste	SE	Camacam (Lapa)	80
Centro	SE	Chá do Padre (Sé)	100
Leste	IQ	Oblato de Assis (Guaianases)	320
Norte	ST	Santana	60
TOTAL			560

Fonte: CAPE/SMADS 2017

Rede de Saúde

A rede atendimento em saúde se organiza em conformidade com o SUS, é universal e diversificada, dispondo de ampla rede de serviços para toda a população. Destaca-se, aqui, os serviços de atenção básica ó com Unidades Básicas de Saúde (UBS) e da Assistência Médica Ambulatorial (AMA), e especializada ó com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade normal e modalidade Álcool e Drogas. Há ainda a Autarquia Hospitalar Municipal, com hospitais e pronto-socorros, além do serviço de atendimento pré-hospitalar de urgência: o SAMU (serviço de atendimento móvel de urgência).

No que tange especificamente à população em situação de rua, as equipes do Consultório na Rua (CnaR) tem por objetivo ampliar o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população em situação de rua, possibilitando sua inserção efetiva no Sistema Único de Saúde

Nesse sentido, no período de vigência do Plano, todas as 18 equipes de CnaR participaram ativamente da implementação do plano, contando com cerca de 250 profissionais, as quais já acompanhavam várias pessoas no território.

As equipes de CnaR atuaram num período estendido de trabalho. Normalmente, a jornada diária de trabalho de uma equipe de CnaR têm oito horas, que, em sua maioria, é das 07h às 16h ou das 08h às 17h. No período de vigência do plano, parte das equipes atuou entre às 11h às 20h.

As Unidades Básicas de Saúde tiveram uma ação muito importante em todo o território. A Secretaria Municipal de Saúde e as Coordenadorias Regionais de Saúde realizaram reuniões de alinhamento sobre o Plano Operativo da Saúde e também

discutiram o tema em reuniões de gerentes, a seguir enviaram e-mail com as ações que caberiam às UBS contemplando as necessidades do território. Todas as UBS avaliaram o seu território com olhar específico para as pessoas em situação de rua, durante o processo de reconhecimento de território, atentos às necessidades sociais.

As unidades de CAPS Adulto e CAPS AD receberam a informação sobre a necessidade de maior atenção aos usuários em situação de rua nos momentos das baixas temperaturas. Houve orientação das CRS sobre prevenção da hipotermia em pessoas em situação de vulnerabilidade. Intensificamos as ações nas cenas de uso abusivo de substâncias psicoativas, abordando em caso de situações de risco hipotermia.

As ações desenvolvidas pela Divisão de Vigilância de Zoonoses contemplaram as demandas provindas de SMADS referentes aos animais de companhia dos munícipes em situação de rua acolhidos nos serviços da rede. Diante desta necessidade foram desenvolvidas atividades de orientações quanto à posse responsável, vacinação contra a raiva em cães e gatos, realização do Registro Geral Animal (RGA), identificação dos animais através de microchipagem e encaminhamento destes para a esterilização cirúrgica quando possível e necessário.

A Central de Operações DO SAMU fortaleceu as bases próximas aos pontos de maior concentração de pessoas em situação de rua, proporcionando um melhor tempo resposta quando solicitada. Reforçou junto às equipes a importância de um atendimento humanizado àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

A Central de Regulação de urgência e emergência estabeleceu um código prioritário para prontamente identificar e priorizar as solicitações de agravo para as pessoas em situação de rua.

A Autarquia Hospitalar Municipal participou do grupo de coordenação do programa "Baixas Temperaturas" da SMS, contribuindo nas discussões para articulação e bom andamento do projeto.

Dessa forma, na organização dos fluxos internos hospitalares, os pacientes foram assistidos e acolhidos pelas equipes de saúde. O trabalho integrado junto à equipe do serviço social propiciou a esses pacientes, quando desejado, um trabalho de reinserção social, através de encaminhamentos para outros parceiros sociais ou para seu núcleo familiar. Dessa maneira a AHM, acolheu e acolhe todos os pacientes que, em situação de vulnerabilidade, necessitam de assistência em nossos hospitais.

Os canais de atendimento da SP156 se comunicam com o Sistema Integrado de Gestão de Relacionamento com o Cidadão (SIGRC), que distribui as solicitações diretamente aos órgãos competentes.

Nesse sentido, o SP156 atuou como porta de entrada das solicitações de munícipes e pessoas em situação de rua para abordagem social no período de vigência do plano de contingência. Através dos registros gerados no SIGRC, a CAPE pode organizar as demandas dos cidadãos.

Defesa Civil

A Defesa Civil é um órgão que articula, coordena e gerencia um conjunto de ações preventivas, emergenciais, assistenciais e recuperativas. A Defesa Civil atua na esfera nacional, estadual e municipal e está nas 32 prefeituras regionais da cidade de São Paulo. Na cidade de São Paulo ela está subordinada à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, através da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC).

Durante o período de vigência do Plano de Contingência, a Defesa Civil, por meio das Coordenações Distritais de Defesa Civil (CODDECs), atuou nas diversas regiões da Capital apoiando em diversas frentes do Plano. A atuação da Defesa Civil se deu, sobretudo, nos dias mais frios, quando decretado o Estado de Alerta onde as temperaturas mínimas ficaram abaixo dos 10°C.

Neste período, foram abordadas pessoas em situação de vulnerabilidade e distribuídos cobertores, pares de meias e encaminhamentos para abrigo em apoio a SMADS/CAPE.

Importante notar que cabe ao COMDEC decretar os estados de criticidade e informar os envolvidos no Plano com base nas informações do Centro de Gerenciamento de Emergências.

CET - Companhia de Engenharia de Tráfego

A CET, além de prestar apoio à circulação dos veículos utilizados no Plano de Contingência, ficou incumbida de, através de seus agentes, identificar locais com a presença de moradores em situação de rua em condições extrema de vulnerabilidade,

nos períodos de criticidade. Os agentes informavam a Central de Operações, que, por sua vez, acionava o protocolo da CAPE.

Trata-se de atribuição inédita em relação às versões anteriores do Plano de Contingência (art. 9º, b). Com esta incorporação, o Plano passou a contar com importante apoio de agentes que possuem grande capilaridade no território municipal.

GCM - Guarda Civil Metropolitana

A missão da Guarda Civil Metropolitana, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, é a proteção de bens, serviços e instalações municipais, conforme previsto no Art. 144 da Constituição Federal.

Nesse sentido, o efetivo da GCM, através das Inspetorias Regionais, assegurou apoio em âmbito local ao Plano de Contingência, cumprindo a sua função por lei, no programa proteção aos agentes públicos. Ademais, foi prestado apoio nos Alojamentos de Emergência mantidos pela Municipalidade a fim de favorecer a segurança dos funcionários e pessoas atendidas.

Além disso, foi disponibilizada a Central Telefônica 153 para prestar auxílio telefônico trilingue, quando acionada, às equipes de abordagem do SEAS (SMADS) e às equipes do Consultório na Rua (SMS).

CGE - Centro de Gerenciamento de Emergências

O Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) é o órgão da Prefeitura de São Paulo responsável pelo monitoramento das condições meteorológicas na cidade. Encontra-se vinculado à Secretaria Municipal de Serviços e Obras, que é fruto da junção das antigas Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB) e Secretaria Municipal de Serviços (SES).

Para compor o quadro de funcionários, foram recrutados profissionais com ampla experiência no assunto: meteorologistas, engenheiros, técnicos em meteorologia e monitoramento e assessores de imprensa, incumbidos de monitorar, coletar e transmitir informações relacionadas às baixas temperaturas, umidade relativa do ar e a chuvas de verão para diversas secretarias municipais e órgãos como Defesa Civil, CET, Corpo de Bombeiros, prefeituras regionais, entre outros, e os mais variados veículos da

imprensa, incluindo os principais jornais, revistas, portais de notícias na internet e emissoras de rádio e TV.

Com o apoio de imagens de radar em tempo real, imagens de satélite, modelos numéricos de previsão, radiossondagem, dados de estações meteorológicas e rede telemétrica, a equipe do CGE opera 24 horas por dia, incluindo finais de semana e feriados, informando a previsão do tempo, tendência e dados coletados por meio de atendimentos presenciais, telefônicos, e-mails e atualizações constantes no website (<http://www.cgesp.org>).

Em seus 13 anos de funcionamento, o órgão formou um vasto histórico de dados meteorológicos, informações estas que auxiliam não só os órgãos ligados à Prefeitura, mas também a estudantes, pesquisadores, imprensa, municípios em geral e demais outros institutos meteorológicos nacionais.

PROCEDIMENTO TÉCNICOS OPERACIONAIS

O fluxo de encaminhamento das demandas manteve, em sua essência, o protocolo definido no ano anterior, que seguia a seguinte estrutura.

Quando a temperatura - ou a sensação térmica - atingisse 13° C ou menos, em aferição realizada pelo CGE, automaticamente era decretado estado de atenção ou de alerta (quando ficava abaixo de 10°).

Durante o período de baixas temperaturas, são intensificadas as abordagens sociais, tanto pelas equipes da Assistência Social (SEAS) como da Saúde (Consultório na Rua), para identificar pessoas em situação de vulnerabilidade com risco de hipotermia e sofrimento com o frio.

Qualquer que avistar uma pessoa em situação de rua pode acionar a Central SP 156. Esta solicitação é encaminhada à Coordenadoria de Atendimento Permanente e Emergência (CAPE) que a redirecionava a uma equipe de plantão do SEAS, que realizará a abordagem social, oferecendo encaminhamentos para rede socioassistencial. A própria pessoa em situação de rua pode ser solicitante do serviço.

Neste cenário, o Serviço Especializado de Abordagem Social tem papel central, atuando de forma ininterrupta nos territórios. As equipes de Consultório na Rua, operando em horário expandido, complementam a capilaridade da rede de proteção.

Soma-se ainda que agentes da CET ficaram com a incumbência de reportar à Central de Operações, que acionaria o 156, casos identificassem pessoas em situação de vulnerabilidade expostas às baixas temperaturas.

A qualquer momento, se constatado que a pessoa possuía sinais de agravo à saúde, como alteração do nível de consciência, tremores e dificuldade de respirar, era prontamente acionado o SAMU, para atendimento emergencial.

Ademais, foi disponibilizada uma linha de contato telefônico direto para o SAMU contatar a CAPE.

Cabe citar ainda uma importante inovação nos procedimentos desta versão do plano: a criação de mecanismos para auxiliar na abordagem de imigrantes. Visando superar a barreira linguística, foram produzidos materiais informativos em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e francês) com informações acerca do Plano de Contingência e orientações dos serviços disponíveis.

Ademais, quando necessário, as equipes de abordagem podiam acionar a Central Telefônica 153 da Secretaria Municipal de Segurança Urbana para auxílio telefônico bilíngue.

Desta forma, a rotina de fluxos para atendimento pode ser descrita através do seguinte cartaz.

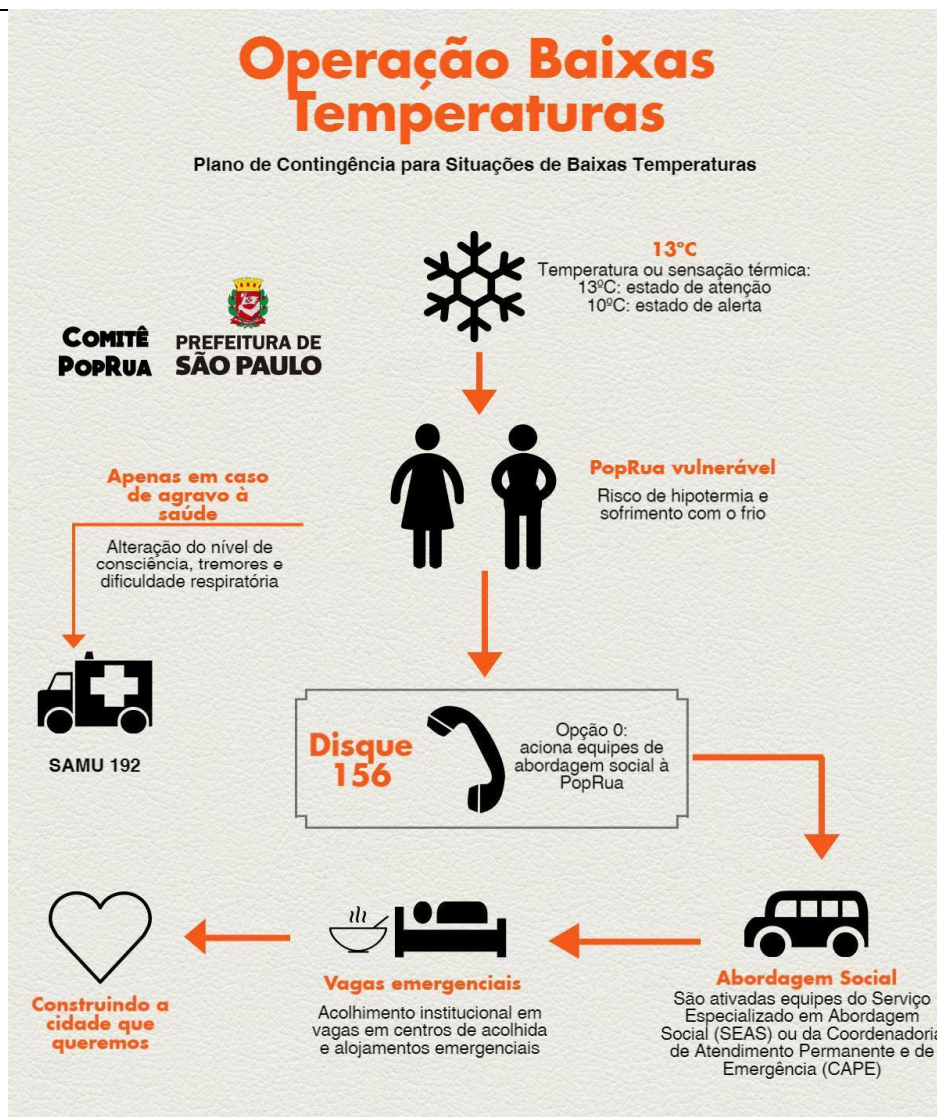
A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Nos termos do PLANO coube a SMDHC apoiar a sua implementação, colaborando com o acompanhamento das ações desenvolvidas, por meio da circulação de informações e do monitoramento de ações *in loco*.

No exercício destas competências, a Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua da SMDHC realizou o monitoramento dos óbitos de pessoas em situação de rua ocorridos ao longo da execução do plano e acompanhou protótipos e iniciativas de equipamentos para atendimento emergencial, como é o caso do Programa Emergencial de Inverno (PEI).

Ademais, a Coordenação promoveu as reuniões ordinárias do Comitê Permanente, via de regra em sua sede, e gerenciou os meios de comunicação estabelecidos no âmbito do Comitê, como o *mailing* e o grupo de *Whatsapp*.

Imagem 2 ó Fluxograma do Plano de Contingência



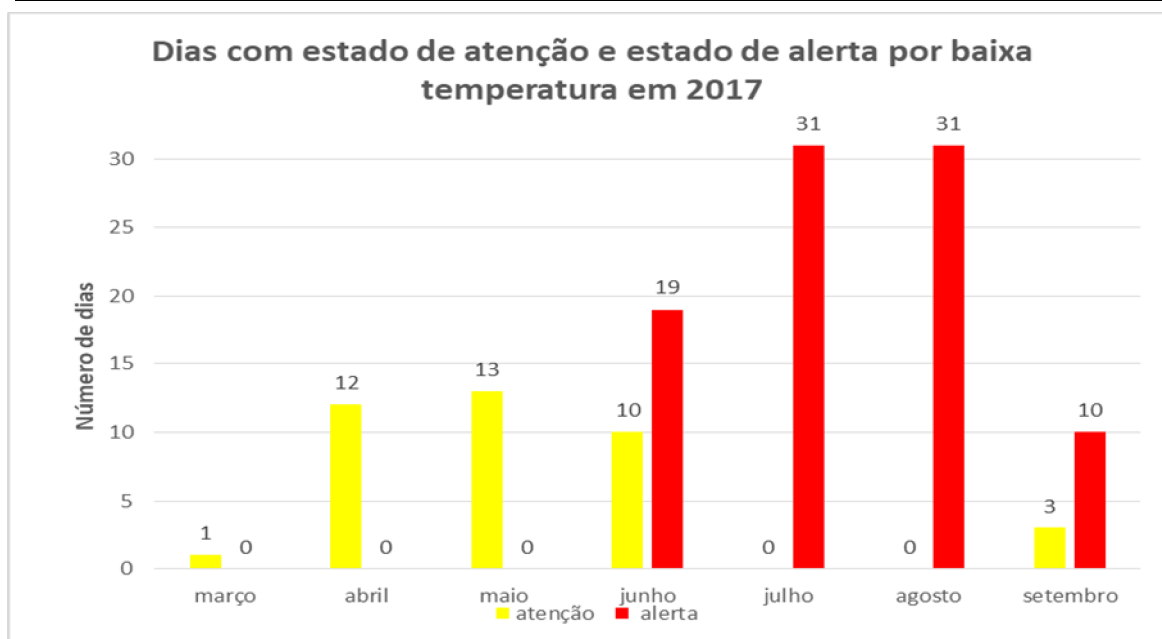
ANALISE E AVALIAÇÃO GERAL DO PLANO ó DADOS

A seguir, se analisará alguns levantamentos quantitativos e estatísticos do período de vigência do Plano de Contingência de Situações de Baixas Temperaturas 2017.

Primeiramente, no que tange às condições climáticas deste período, o CGE realizou o monitoramento diário das temperaturas no município de São Paulo, através de aferições nas diversas estações meteorológicas do município.

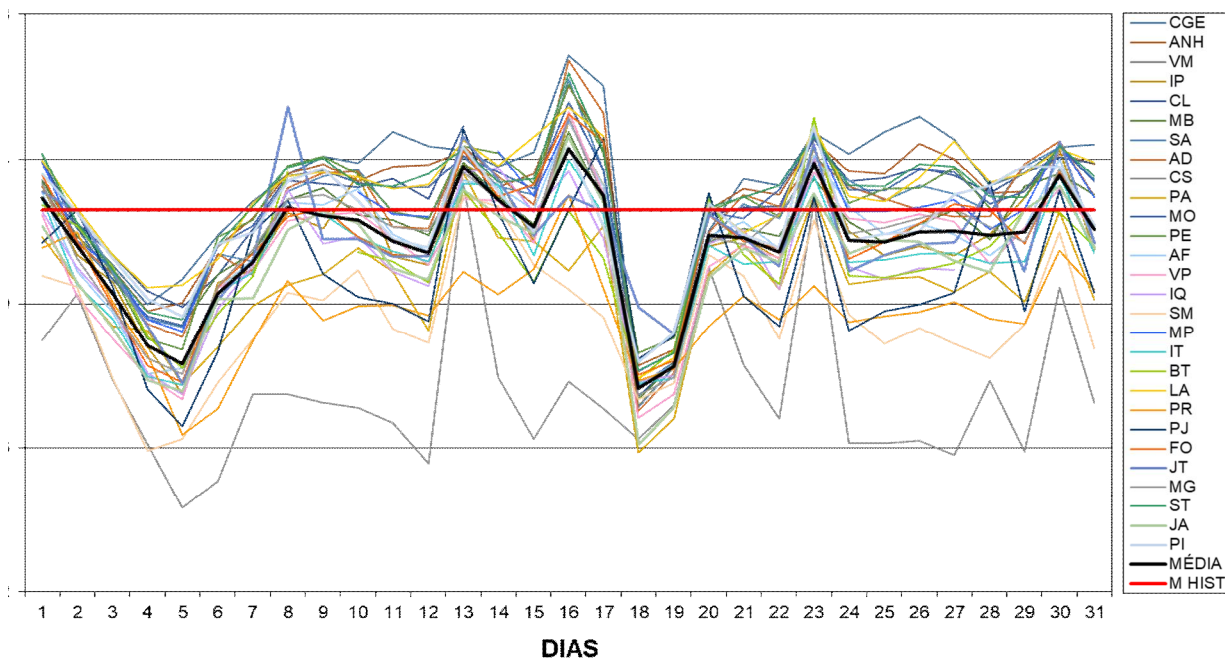
Ao longo de 2017 houveram 130 dias com estado de atenção ou alerta por baixa temperatura. Isso representa um terço dos dias do ano com ocorrência de estado de criticidade.

Gráfico 2 ó Relação de número de dias com estado de criticidade por baixas temperaturas em 2017

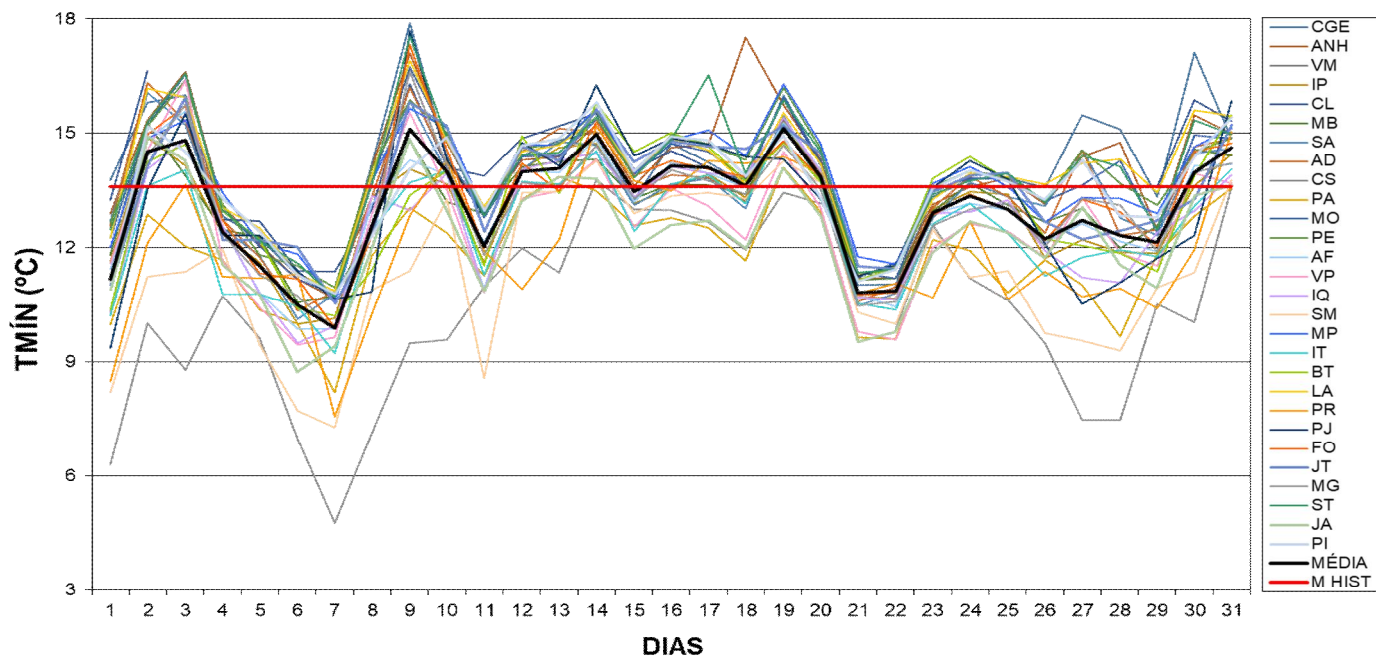


Os meses de julho e agosto foram os mais frios de 2017, sendo que em todos os dias as temperaturas mínimas atingiram patamar inferior à 10°C. A temperatura mínima, no entanto, varia conforme a região da cidade, atingindo níveis mais amenos em regiões menos urbanizadas e mais distantes do centro.

TEMPERATURAS MÍNIMAS - JULHO 2017



TEMPERATURAS MÍNIMAS - AGOSTO 2017



Fonte: CGE/PMSP 2017

Abordagens

Neste período foram intensificadas as abordagens pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS).

Tabela 2: Quantidade Média Mensal de Abordagens e Percentual relativo por Sexo durante a Operação Baixas Temperaturas na cidade de São Paulo entre maio e setembro de 2017

Mês	Feminino		Masculino		Total	%
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%		
Maio	5.612	17	26.915	83	32.527	19,2
Junho	5.178	16	28.644	85	33.822	19,9
Julho	5.885	18	30.074	84	35.959	21,2
Agosto	5.412	17	32.110	86	37.522	22,1
Setembro	4.874	15	24.930	84	29.804	17,6
Total	26.961	16	142.673	84	169.634	100

Fonte: Sistema de Informação da Situação de Rua (SISRUA).

Elaboração: SMADS/ COPS/CMA, Novembro de 2017.

Tabela 3: Quantidade Média de Abordagens e Percentual Relativo por Sexo durante a Operação Baixas Temperaturas na cidade de São Paulo entre maio e setembro de 2017

Sexo	Nº de atendimentos	%
Feminino	5.392	15,9
Masculino	28.535	84,1
Total	33.927	100

Fonte: Sistema de Informação da Situação de Rua (SISRUA).

Elaboração: SMADS/ COPS/CMA, Novembro de 2017.

Acolhimento

No que tange a rede de acolhimento, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social ampliou a quantidade de vagas e abriu equipamentos emergenciais, para fazer frente à maior demanda do período. Com a ampliação para o período, a rede passou a contar com a seguinte distribuição de vagas.

Tabela 4: Quantidade de vagas por serviço da rede de acolhimento.

TIPOS DE SERVIÇO	VAGAS
AUTONOMIA EM FOCO	306
ACOLHIDA EMERGENCIAL	560

CAE FAMILIA E FAMILIA EM FOCO	268
CAE CONVALESCENTES	95
CAE IDOSOS	716
CAE MULHERES	890
CA 24 HORAS	6.523
CA CATADORES	56
CA 16 HORAS	1.226
REPUBLICA PARA ADULTOS	199
Total geral	10.717

Fonte: SISA

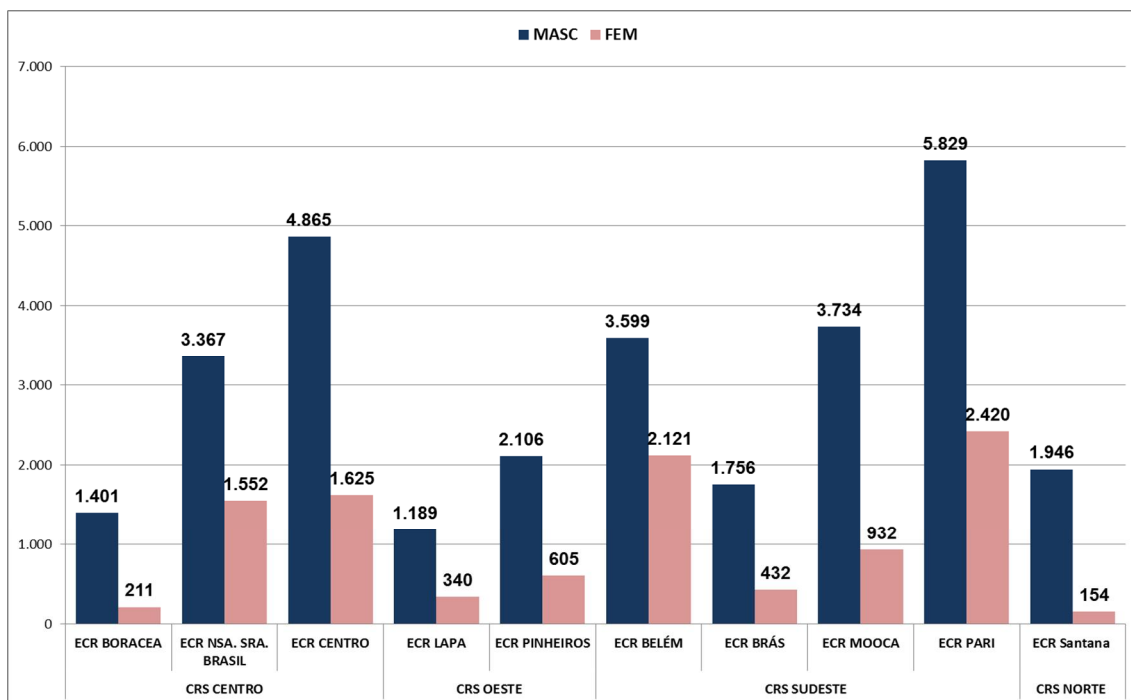
Elaboração: SMADS/ COPS/CMA, Novembro de 2017.

Consultorio na Rua

Abordagens

TABELA ... número de abordagem realizadas pelas equipes Eq CnaR no período de baixas temperatura por gênero. Maio a setembro de 2017

CRS	Gênero		
	Masc	Fem	Total de Gênero
	1.401	211	1.612
CRS CENTRO	3.367	1.552	4.919
	4.865	1.625	6.490
CRS CENTRO Total	9.633	3.388	13.021
CRS OESTE	1.189	340	1.529
	2.106	605	2.711
CRS OESTE Total	3.295	945	4.240
	3.599	2.121	5.720
CRS SUDESTE	1.756	432	2.188
	3.734	932	4.666
	5.829	2.420	8.249
CRS SUDESTE Total	14.918	5.905	20.823
CRS NORTE	1.946	154	2.100
CRS NORTE Total	1.946	154	2.100
Total Geral	29.792	10.392	40.184



SAMU

Em casos que foi constatado sinal de agravos à saúde da pessoa em situação de rua acionava-se o SAMU para atendimento pré-hospitalar emergencial.

Tabela 5: Mancha epidemiológica que representa a maior demanda.

REGIÃO	TOTAL
CENTRO OESTE	113
LESTE	56
NORTE	60
SUDESTE	97
SUL	37
Total	363

Fonte: SAMU/2017

Tabela 6: Período onde se deu a maior demanda de solicitações.

MÊS	TOTAL
Maio	26
Junho	86
Julho	131
Agosto	111
Setembro	9
Total	363

Fonte: SAMU/2017

Tabela 7: Encaminhamentos das solicitações recebidas pelo SAMU

Mês	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Total
	20	66	115	85	3	289
Encaminhado para UH						
Cancelado pelo médico regulador	1	7	6	8	3	25
Cancelado pelo solicitante	5	14	11	19	3	52
Ocorrência não encontrada	6	18	37	24	0	85
Recusou remoção	3	8	21	13	1	46
Removido por outros	1	2	3	2	0	8
Sem necessidade de remoção	1	0	1	2	0	4
Ignorado	0	2	2	1	0	5

Fonte: SAMU/2017

ÓBITOS REGISTRADOS

O registro de óbitos foi feito em conjunto e centralizado em SMDHC. As principais fontes utilizadas foram 1) informações de agentes públicos dos territórios; 2) notícias publicadas pelos meios de comunicação; e 3) informações de movimentos sociais.

A SMDHC optou por acompanhar os óbitos de pessoas em situação de rua por causas não-violentas, encontradas na rua. Fez-se isso independentemente do diagnóstico da perícia necroscópica indicar hipotermia ou não.

Assim, foram 4 casos reunidos durante o período de vigência do plano de contingência 2017 e 1 caso antes do início do plano, numa noite em que as temperaturas mínimas foram 14,2 °C, conforme apontado em tabela anexa. Para referência, em 2016 foram verificados 8 óbitos em condições semelhantes durante o mesmo período.

Maior destaque deve ser dado ao fato que metade dos óbitos ocorreram na mesma noite, aquela que efetivamente foi a mais fria do ano, de 18 para 19/07/2017.

No entanto, entende-se que estas informações são insuficientes para esboçar conclusões mais profundas. Isso decorre de existirem diversas variáveis a serem consideradas, como as condições meteorológicas do período e o histórico de índices de óbitos não violentas fora da vigência do plano. Soma-se ainda a taxa de crescimento da

população em situação de rua, que é acima do crescimento populacional da cidade, desde o início das contagens. O que gera uma tendência a um número absoluto maior de mortes ano a ano.

Para aprimorar este acompanhamento, sugere-se o estabelecimento de um controle permanente destas variantes que torne possível estudar o impacto de medidas e políticas públicas ao longo tempo. Para tanto, é fundamental a articulação com o IML, órgão legalmente notificado de todos os óbitos nessas circunstâncias.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o Decreto 56.102/2015, para incluir a SMIT como participante do Comitê Gestor do Plano de Contingência para Situações de Baixas Temperaturas.
- Incluir na Portaria um representante da Autarquia Hospitalar municipal entre os representantes da SMS.
- Intensificar a comunicação dos fluxos de solicitações do Plano de Contingência através de todas as Secretarias participantes.
- Ressaltar, no processo de comunicação, a importância de que os munícipes forneçam a maior quantidade de informações da pessoa em situação de rua para possibilitar sua localização.
- Informar a população que não existem meios coercitivos para que abrigar pessoas em situação de rua.
- Informar a população o perfil de maior risco ante as baixas temperaturas. Pessoas sozinhas, idosas, crianças ou adolescentes; com pouco material de isolamento térmico e/ou sem proteção contra a chuva.
- Manter durante o período de Baixas Temperaturas as equipes de CnaR em horário de trabalho estendido até as 20:00.

- Assegurar o recâmbio para as pessoas em situação de rua que ficaram acolhidas em vagas emergências localizadas em regiões distantes de seu local usual de permanência.
- Convidar representante do Instituto Médico Legal de São Paulo para participar do Comitê Permanente.
- Fortalecer e expandir o indicador de Óbitos. Condicionada a cooperação do IML.
- Desenvolver folheto multilíngue que apoie o trabalho das equipes de SMS.